



Historiografias em perspectiva: o “colaboracionismo” e a violência política de gênero nas ditaduras de Chile e Argentina

Historiographies in perspective: “collaborationism” and political gender violence in the dictatorships of Chile and Argentina

*Nashia A. Dahás Gomoziás*¹

RESUMO

Este artigo apresenta elementos da pesquisa comparativa que realizei como professora visitante na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e apresenta contribuições coletivas advindas da comunicação que intitula o texto realizada por ocasião do 33º Simpósio Nacional de História, na UFMG, em julho deste ano de 2025. Analisamos obras consideradas seminais para o desenvolvimento da escrita da história e da memória das militantes de organizações revolucionárias que sobreviveram especificamente à “colaboração”, por sua vez, discutida como uma modalidade de repressão e de violência política de gênero aplicada a partir de distintas estratégias nas ditaduras de Chile (1973-90) e Argentina (1976-83). Discutimos o desenvolvimento da temática na escrita da história dos dois países, considerando a mobilização do gênero como categoria analítica em cada caso e articulando as narrativas aos seus momentos históricos de emergência. Esperamos contribuir para os estudos de história e memória das ditaduras no Cone Sul que evitam dicotomias e entrecruzam violências e resistências para compreender ambiguidades, contradições do passado recente e seus efeitos na atualidade de uma perspectiva ético-política da História.

PALAVRAS-CHAVE: Ditaduras Militares. Colaboracionismo. Gênero.

ABSTRACT

This article presents elements of the comparative research I am conducting as a visiting professor at the Federal University of Grande Dourados (UFGD) and presents collective contributions arising from the presentation that gives the text its title, delivered at the 33rd National History Symposium, held at UFMG in July 2025. We analyze works considered seminal for the development of historical writing and the memory of militants in revolutionary organizations who specifically survived “collaboration,” which in turn was discussed as a form of repression and gender-based political violence applied through distinct strategies during the dictatorships of Chile (1973-90) and Argentina (1976-83). We discuss the development of this theme in the historical writing of both countries, considering the mobilization of gender as an analytical category in each case and linking the narratives to their historical

¹ Doutora em História Social pela UFRJ, com pós-doutorado em História do Tempo Presente pela UDESC. Atua como Professora Visitante no Programa de Pós-graduação em História da UFGD, Brasil. E-mail: nashladahas28@gmail.com.

moments of emergence. We hope to contribute to studies of the history and memory of dictatorships in the Southern Cone that avoid dichotomies and intertwine violence and resistance to understand ambiguities, contradictions of the recent past and their effects on the present from an ethical-political perspective of History.

KEYWORDS: Military Dictatorships. Collaborationism. Gender.

* * *

Introdução

Neste artigo, retomamos obras que contribuíram fundamentalmente para a escrita da história e da memória das sobreviventes de organizações revolucionárias que passaram por uma modalidade de violência de gênero chamada de “colaboração” pelos militares durante a ditadura no Chile (1973-90) e na Argentina (1976-83). A escolha por abordar obras consideradas clássicas e nem sempre historiográficas *stricto sensu* se justifica pelo reconhecimento do trabalho coletivo e histórico que constitui a escrita da história e pela valorização dessa trajetória de ideias como uma forma de resistência ao culto à inovação (pela inovação) promovido como parte da racionalidade neoliberal na atividade de pesquisa acadêmica.

Quanto ao termo “colaboracionismo”, é importante explicar o uso que fazemos das aspas pela falta de um vocabulário próprio a cada caso e que dê conta da especificidade da modalidade de repressão acionada por cada sistema repressivo, assim como do tipo de atuação, agenciamento, negociação e resistência alcançado pelas vítimas. Em praticamente todo o campo da bibliografia especializada, o termo é utilizado para descrever as atividades de militantes da oposição à ditadura colocadas/os a serviço do sistema repressivo de forma real ou imaginária, tomando por base a produção historiográfica europeia sobre o colaboracionismo com o nazismo. Em nossa pesquisa, ressaltamos a especificidade do “colaboracionismo” como uma prática diferente da delação voluntária (Priori, Brunelo, 2021), da

infiltração (Perli, 2023), do jogo duplo, entre outras possibilidades de atuação “gris” em regimes autoritários.

Tratamos, portanto, do “colaboracionismo” como modalidade de repressão que atingiu militantes de organizações revolucionárias, especialmente as mulheres, segundo a historiografia, a partir da “quebra” sob tortura, gerando culpabilização da vítima, desresponsabilização do Estado e uma condição de suspeição social do testemunho público. De acordo com essas características, os desafios a que nos propomos neste trabalho são dois: (1) refletir sobre a violência política de gênero como modalidade de (des)responsabilização utilizada pelos regimes autoritários; e (2) articular as principais abordagens aos seus momentos históricos de emergência, verificando a ampliação e o refluxo dos espaços de escuta, além dos escopos teórico-metodológicos utilizados em cada momento.

Vale esclarecer que a expressão violência política de gênero refere-se, neste trabalho, à atividade repressiva marcada pelo uso de identidades de gênero, praticada por agentes do Estado, com o efeito da transferência de responsabilidade e culpabilização de quem viola para a vítima. A categoria gênero em si é pensada a partir do “mandato” que, segundo Rita Segato, em suas *Estruturas elementares da violência* (2003), é a condição necessária para a reprodução das relações hierárquicas de gênero. Ou seja, trata-se de um ato que se torna necessário aos processos de restauração do poder. No contexto das ditaduras que analisamos, adiantamos que a violação sexual funcionou como um instrumento essencial e onipresente na relação dos militares com as vítimas e, por tabela, com os seus pares, configurando aquilo que Segato definiu como uma ordem social amparada pela “interdependência entre violência e gênero” (Segato, 2003, p. 19).

No contexto das ditaduras em questão, a violação sexual aparece como prática de tortura enunciada nos testemunhos das sobreviventes como um ponto de “quebra”, de estabelecimento de fronteiras entre o antes e o depois da tortura e, em alguns casos, de não retorno no que se refere às convicções revolucionárias. Rita Segato define a violência sexual como “o uso

e abuso do corpo do outro, sem que este participe com intenção ou vontade comparáveis” (Segato, 2023, p. 22). Em sua pesquisa sobre o sítio de memória El Bichicuí (La Plata), na Argentina, María Cecilia Domínguez Luz lembra que o conceito de violência política sexual passou a ser utilizado para visibilizar a violência sexual como um ato político no contexto de conflitos armados e terrorismos de Estado na América Latina, quando se tornou uma prática sistemática cujo objetivo era degradar e humilhar as mulheres por sua condição de gênero e por sua participação política (Luz, 2022, p. 6). Nos casos que abordaremos neste texto, podemos dizer que a violência sexual foi utilizada para “quebrar” as militantes detidas; ou seja, para levá-las à delação, à vexação de si e principalmente de seus/suas companheiros/as, gerando a culpabilização da vítima e a consequente desestruturação do ideário revolucionário que alimentava a coesão das organizações.

Na historiografia chilena, a violência sexual tem sido amplamente discutida desde o seu reconhecimento específico em capítulo do Informe Valech publicado em 2003, que estabeleceu esse tipo de violação como parte das torturas praticadas sistematicamente pelos militares (Dahás, 2025, p. 324). Em *La mujer de los perros*, a jornalista e historiadora Nancy Guzmán (2014) tratou pela primeira vez desses crimes e visualizou a prática repressiva de adestramento de cachorros da raça boxer para a violação de homens e mulheres destacadamente no centro de tortura chamado “Venda Sexy”, que funcionou entre agosto de 1974 e o início de 1975. Apesar da pesquisa detida de Nancy e dos testemunhos que a autora cita, as memórias das violações sexuais e de gênero no país são majoritariamente produzidas e visibilizadas por mulheres, o que nos indica tanto o grau de patriarcalismo das relações sociais, com efeito de silenciamento sobre homens violados, quanto o uso do gênero nas estratégias de tortura pelos agentes da ditadura.

No caso chileno, apresentaremos diferentes abordagens a respeito das militantes revolucionárias que foram “quebradas” no interior de centros de tortura e que ficaram conhecidas na bibliografia especializada como “colaboradoras”, tendo, posteriormente, atuado na Comissão da Verdade e

Reconciliação chilena, narrando detalhes de sua participação e colaborando para a compreensão dos mecanismos da repressão e para o conhecimento do destino de várias/os militantes desaparecidas/os.

Na Argentina, por sua vez, são muitas as pesquisadoras que confirmam a incorporação pela ditadura, como política de Estado genocida, da noção de “feminino” baseada na dicotomia mães e putas (Poblete-Hernández, 2024, p. 142). Sob esta justificativa, as mulheres militantes foram castigadas e violadas, por vezes, na frente dos seus companheiros dos quais se esperava, com isso, a humilhação e impotência próprias a uma circulação culturalmente machista e profundamente enraizada de afetos. Nesse contexto, apresentaremos trabalhos que abordaram de maneira central o caso das militantes que mantiveram relações complexas com seus vitimários em meio a uma estratégia repressiva que também denominamos no campo da “colaboração” para enfatizar o seu efeito de culpabilidade e desresponsabilização do Estado. Apesar desse efeito que identificamos, de acordo com Miriam Lewin (2014), grande parte das narrativas produzidas sobre essas vítimas as situa como “traidoras”, “quebradas”; e suas relações com torturadores foram definidas como “amorosas”.

Algumas lacunas abertas pela pesquisa compõem, ainda, nosso universo de investigação, ainda que não tenhamos condições de retomá-las de forma aprofundada neste artigo. Nesse sentido, uma hipótese que perseguimos está relacionada ao impacto de longo prazo do uso do “colaboracionismo” como modalidade de repressão. Suspeitamos que esse tipo de violência tenha também contribuído para reforçar padrões de resistência e mesmo de perfil de vítimas, como por exemplo, “aquelas que não colaboraram”, “aquelas que não traíram” ou que “não entregaram companheiros/as”. Ao que nos parece, por vezes, a escrita da história e a memória oficial construídas em democracias pós-ditaduras esbarraram na reprodução dessas categorias. Utilizamos aspas em todas elas porque não se trata de termos que necessariamente encontramos em testemunhos ou trabalhos acadêmicos, mas que podemos intuir a partir de silêncios,

entrelinhas e descentramentos produzidos por uma pesquisa comparativa como esta.

Apesar disso, reforçamos que, além da ampliação dos espaços de escuta, observamos um deslocamento fundamental tanto na Argentina quanto no Chile no sentido da complexificação da interpretação do passado recente e da atualização das representações do horror constituído por essas violências a partir de perspectivas feministas e de gênero que passaram, crescentemente, a considerar as subjetividades, o papel da ética e da crítica às identidades rígidas na compreensão, interpretação e reconstrução da História.

1 Argentina: de “putas” e “traidoras” a vítimas da repressão

Considerada como um exemplo disruptivo entre os processos transicionais no Cone Sul em razão da redemocratização por ruptura e, principalmente, da trajetória histórica de responsabilização de torturadores da ditadura, a Argentina tornou-se também um campo próspero para organizações de direitos humanos associadas aos movimentos feministas e para uma produção bibliográfica voltada para a relação entre memória e gênero. Entre os movimentos feministas mais conhecidos na América Latina está o “Ni Una Menos”, de combate ao feminicídio, ampliado para outros países desde 2015. Em geral, as mobilizações sociais do presente incluem também as situações de violação aos direitos humanos das mulheres durante a última ditadura, conferindo à memória o papel de articulação entre os tempos e realidades da história recente, com destaque para o sentido intergeracional da publicização dos testemunhos. Ao mesmo tempo, o debate é academicamente incorporado e agenciado a partir da memória como “uma prática social generizada e generizante” (Troncoso, 2020, p. 123), em outras palavras, com destaque para a relação entre memória e gênero estabelecida no campo dos testemunhos da ditadura não apenas na Argentina, mas em todo o Cone Sul.

Nesse sentido, vale ressaltar o protagonismo das mulheres na escrita de uma história generizante da ditadura e também da luta armada, temática que vem se desenvolvendo a fim de compreender a “agência política e histórica [das mulheres], para além da eficácia traumática da violação e da vexação sobre os seus corpos” (Luz, 2022, p. 6). É nesse campo menos emblemático das memórias que situamos nossa pesquisa voltada especificamente ao estudo das memórias de militantes revolucionárias que ficaram conhecidas após romperem mais de 20 anos de silêncio a respeito da convivência com seus torturadores e cuja singularidade repressiva consistia em ““traslados” massivos, seguidos de intempestivos e insólitos convites dos sequestradores para jantar” (Actis et al, 2006, p. 11), além da realização de visitas familiares, passeios noturnos ou lanches que compunham uma estratégia da repressão na busca por novos sequestros, por colaboração e por testemunhas das violações entre a própria militância.

As obras selecionadas não foram necessariamente produzidas por historiadores/as, mas tiveram e continuam produzindo efeitos determinantes para a história e a memórias dessas vítimas. Defendemos que a ampliação da história das mulheres como campo de estudos da historiografia, as teorias feministas e as noções de gênero, a partir dos anos de 1990, tiveram contribuição fundamental para o deslocamento de sentido operado desde o uso inicial dos termos “putas” e “traidoras” que marcaram as primeiras abordagens acerca dessas sobreviventes. Entendemos que é preciso reforçar a contribuição das epistemologias de gênero para a progressiva transformação que vem se operando na escrita da história com desdobramentos evidentes no campo das memórias sociais e, mais recentemente, das disputas de memória.

Selecionamos, assim, duas referências no que concerne ao temas dessa específica área da zona gris (Levi, 1986) argentina constituída pela quebra da dicotomia entre algozes e vítimas através da violência e do terror. A primeira é *Ese Infierno. Conversaciones de cinco mujeres sobrevivientes de la ESMA*, publicado em 2001 e reeditado em 2006 pela Editorial

Sudamericana com sede em Buenos Aires. O livro teve também uma versão em inglês lançada pela Editorial Vanderbilt University Press em 2006, e uma edição italiana que recebeu o título *Le Reapparecide*, publicada em 2005 pela Editorial Stampa Alternativa. A outra referência central para este artigo é *Traiciones. La figura del traidor en los relatos acerca de sobrevivientes de la represión*, publicado em 2007 por Ana Longoni na coleção Militancias, da Casa Editorial Norma, a que se seguiram a versão de Ediciones Documenta, com o título: *Traiciones. La figura del traidor (y la traidora) en los relatos acerca de sobrevivientes de la represión* (2007), mantido, por fim, na reedição mais recente, lançada em 2024, pela mesma Documenta.

Ressaltamos que há diversas/os outras/os autoras/es que poderiam integrar um balanço historiográfico a respeito dos casos de mulheres não reconhecidas socialmente como vítimas em razão dos seus testemunhos e da especificidade das violências de gênero sofridas; Alejandra Oberti, María Sonderéguer, Lizel Tornay, Gerardo Yoel, Andrea Andújar, Débora D'Antonio, Fernanda Gil Lozano, Karin Grammatico e María Laura Rosa são nomes reconhecidos pelo trabalho com as violências de gênero e a luta contra o silenciamento dos testemunhos da ditadura argentina. Entretanto, em função da necessidade de circunscrição de nossa temática, da singularidade da discussão que propomos a respeito dos efeitos de culpabilização da vítima e desresponsabilização dos agentes do Estado, além, é claro, do espaço de que dispomos neste artigo, optamos por analisar obras completas de autoras sem as quais se considera consensualmente que esses casos talvez não tivessem encontrado o mesmo espaço na escrita da história.

Ese Infierno transcreve conversas de Munú Actis, Cristina Aldini, Liliana Gardella, Miriam Lewin e Elisa Tokar a respeito das torturas sofridas na Escuela de Mecanica de la Armada (Esma) durante a ditadura militar argentina (1976-1983). Segundo nossa leitura, o livro tem dois eixos centrais, o sequestro, ou desaparecimento forçado, e a violência sexual. No

caso das sobreviventes, elas reapareceram porque foram liberadas ou “legalizadas” (Bauer, 2011, p. 155). Em tais circunstâncias, são descritas sensações de perda absoluta da noção do tempo, do exílio e da vulnerabilidade extrema por que passaram. Também são narradas percepções de si como desaparecidas no pós-ditadura, até que as ex-militantes pudessem encontrar condições sociais de escuta dos traumas. As violências sexuais são expostas em um ambiente de diálogo impenetrável entre as sobreviventes - o que nos parece ter sido o espaço necessário para que fosse possível testemunhar.

Apesar disso, o livro não teve a mesma repercussão de *Putas y Guerrilleras*, de 2014, publicado pela sobrevivente Miriam Lewin em parceria com a jornalista Olga Wornat, ao que atribuímos uma ampliação, especialmente jurídica da violência política de gênero como forma singular de repressão praticada sobretudo contra as mulheres. Vale retomar a introdução da obra na qual Lewin menciona um programa de TV bastante conhecido à época para o qual foi convidada em 24 de março de 2004, como ex-militante e sobrevivente dos campos, e no qual foi questionada pela apresentadora: “É verdade que você saía com o Tigre Acosta?”. Ao que se seguiu a resposta:

É verdade, nós o relatamos no livro *Ese Infierno* [2001], que escrevemos sobre o que vivemos no campo. Nos obrigavam a jantar. Não saíamos por nossos próprios meios, não tínhamos o direito de negar. Éramos prisioneiras. Os guardas vinham nos buscar em plena noite e nos levavam. Uma companheira, Cristina Aldini, Tigre Acosta a levou para dançar na Mau Mau após o assassinato do seu marido. Que os assassinos do seu companheiro a levem para dançar em um lugar da moda, me pergunto se essa não é uma forma refinada de tortura. Para Cristina, um oficial da ESMA levou a aliança de seu esposo, Alejo Mallea, ao seu beliche em Capucha, onde estava presa, para mostrar que ele havia sido assassinado. Ele perguntou se ela queria ver o cadáver. Cristina a princípio duvidou, mas depois aceitou porque pensou que, do contrário, ficaria para sempre na incerteza. Quando o viu, tinha dois tiros no rosto. Um tiro foi de misericórdia, entre as duas sobrancelhas. Ele tinha sido executado (Lewin, Wornat, 2014, p. 9).

O capitão Jorge Eduardo Acosta, o Tigre, é descrito pelas sobreviventes como “dono e senhor da vida e da morte na ESMA, era

imprevisível, maquiavélico, perverso e imprimia sua marca pessoal a tudo o que ocorria no Grupo de Tarefas” (Actis, et al, 2006, p. 155). Acosta foi agente central do uso das prisioneiras como “acompanhantes” em jantares e casas noturnas para os quais elas eram ordenadas a se vestir. Cristina Aldini narra o gozo de Tigre com tal situação de tensão e destaca uma das vezes em que foi obrigada a dançar com o torturador numa conhecida boate (p. 160); as sobreviventes relatam a escolha de Tigre pelos horários em que restaurantes conhecidos tinham grande fluxo de artistas (p. 163); Elisa Tokar relembra a alegria de sua mãe ao reencontrar a filha em uma visita acompanhada por seu sequestrador que, naquele momento, atuava como um benfeitor, único sujeito capaz de proporcionar a reconexão com o mundo fora do campo. A ex-vítima conta ainda que um oficial que dizia estar apaixonado por ela havia se comunicado com sua mãe antes da visita e a advertido de que não fizesse perguntas que pudessem prejudicar a filha (p. 220).

Constituído como livro-relato, *Ese Infierno* se tornou fonte histórica de natureza testemunhal e referência bibliográfica para a compreensão do funcionamento interno deste campo de concentração que foi a ESMA. Vale dizer que a obra não se propõe a uma reflexão feminista ou de gênero, mas a uma exposição realista da convivência com torturadores durante três anos e meio. As autoras citam o uso de prisioneiros homens como acompanhantes pelos militares, além de casos de detidos que passaram a imitar os torturadores, incluindo detalhes comportamentais como o tom de voz, os trejeitos e os maus-tratos dirigidos a elas - o que demonstra a grande complexidade de gênero nas construções da memória.

Para Victoria Alvarez, a publicação do livro não intencionou realizar somente uma denúncia, mas buscou publicizar o dia a dia do cativo em que as detidas tiveram que simular a aceitação das regras, entre outras estratégias de sobrevivência (Alvarez, 2024, p. 25). Sobre a resistência pública aos testemunhos, Alvarez enfatiza o texto introdutório da obra no qual as sobreviventes afirmam a necessidade de que as pessoas conheçam “a dimensão humana desta história”, desfazendo o maniqueísmo do heroísmo

absoluto através das contradições reais que caracterizam os seres humanos (Actís et al, 2006, p. 14).

Alguns anos depois, em 2007, a publicação de *Traiciones* geraria grande quantidade de análises e resenhas lançadas até a recente reedição do livro, em 2024. O volume de comentaristas não se refletiu, porém, em novas pesquisas, antes, a obra de Longoni se mantém como referência obrigatória para os estudos da subjetividade revolucionária na Argentina e, mais especificamente, para a compreensão da ideia de traição/colaboração que nos interessa neste artigo. E, retomando os fios tecidos por *Ese Infierno*, podemos afirmar que a análise do signo da traição permanece, com Longoni, no campo da discussão do heroísmo e do questionamento de memórias construídas a partir da idealização dos/as desaparecidos/as e da suspeição das sobreviventes, destacadamente daquelas que conviveram com seus sequestradores.

Importante salientar que Longoni não analisa a questão a partir da ótica de uma estratégia repressiva e de seus efeitos, mas da perspectiva de uma moral entre as esquerdas que vigorou à época, marcada sobretudo pelo registro sacrificial e cuja consequência foi a estigmatização de sobreviventes como traidores/as. Para a autora, de forma geral, a paixão política incluía um sentido de ética que não permitia voltar atrás, nem resguardar-se nem desistir sem se perceber como um/a traidor/a (2007). Neste modelo de militância, haveria uma renúncia inquestionável à vida privada que acabou se convertendo em uma “disposição resignada para perder a vida” (Longoni, 2007, p. 15). Em outras palavras, tratar-se-ia de um enaltecimento da resistência à tortura que recaiu de forma indistinta sobre homens e mulheres militantes à época. Assim, a diferença entre heróis e traidores teria sua origem no imaginário militar que impregnara também os movimentos revolucionários na segunda metade do século XX.

Interessante notar como esta obra tão revisitada até hoje não incluiu perspectivas de gênero naquela primeira década do século XXI. Consideramos que em seu momento de produção, a questão por excelência

que motivava o debate era a culpabilização entre as esquerdas das/os militantes identificadas/os como aquelas/os que entregaram companheiras/os em meio à tortura. Embora as testemunhas citadas por Longoni, assim como aquelas que deram vida a *Ese Infierno* tenham sido mulheres, o aspecto da utilização de um poder sexuada pela repressão passou ao largo das considerações sobre a articulação entre passado e presente. Por um lado, é necessário ter cuidado com a projeção de uma consciência de gênero do presente na análise bibliográfica e, por outro, também convém iluminar o fato de que possivelmente a naturalização da “traição” como “feminina” e dos corpos das mulheres como objetos de violação sexual e de gênero possa ter contribuído para esse silêncio.

Apesar disso, argumentamos que o pioneirismo desses trabalhos foi fundamental no percurso de ampliação dos espaços de escuta voltados às militantes sobreviventes da estratégia de colaboração utilizada por perpetradores e a memória delas esteve no centro de um deslocamento do estigma para a condição de vítima. As publicações mencionadas continuam sendo citadas em trabalhos acadêmicos, retomadas pela imprensa e reeditadas como livros em novos contextos que ressignificam as experiências das organizações revolucionárias dos anos de 1970, assim como os traumas e violências sofridas cuja sistematicidade ainda é encontrada em democracia, sobretudo no que se refere aos crimes de gênero. Em artigo recente, María Cecilia Dominguez Luz (2022) reforça o argumento de Victoria Alvarez (2020), importante referências nos estudos de memória, gênero e ditadura, segundo o qual a visibilização da violência sexual nos marcos do terrorismo de Estado reverbera em outros discursos e movimentos que configuram o horizonte de expectativas atual (Luz, 2022, p. 16). O efeito mais evidente desse processo talvez consista nas políticas públicas com enfoque de gênero, mas também é possível verificar um deslocamento cultural mais silencioso enunciado por Victoria Alvarez (2015) como um ampliação das condições de audibilidade e de dizibilidade dos testemunhos do terrorismo de Estado e especificamente da violência de gênero (Alvarez, 2015, p. 65). Apesar disso,

no que tange à “colaboração” como modalidade de repressão, entendemos que avançou-se menos na compreensão daquela situação histórica do que em uma perspectiva política de reposicionamento que não raro incide na dupla culpabilização de parte das esquerdas revolucionárias, por sua ética ideológica belicosa à época e pela reprodução do estigma da traição nas construções de memória no momento democrático.

2 Chile: impasses e contradições da visibilidade

No caso chileno, o termo “colaboracionismo” - que tomamos neste artigo como síntese da repressão de gênero com efeitos de culpabilização e transferência de responsabilidade do Estado para as vítimas - foi utilizado tanto pelos militares quanto pelas/os sobreviventes no pós-ditadura. De maneira geral, referia-se e ainda se refere aos casos de militantes revolucionárias que foram “quebradas” no interior de centros de tortura e que atuaram em ações da repressão. Essas histórias ganharam a cena pública quando, durante a Comissão da Verdade e Reconciliação chilena criada em 1990, uma dessas mulheres, Marcia Merino Viegas, narrou detalhes de sua participação em ações de repressão, além de ter publicado o seu relato em livro. Uma autobiografia também foi o caminho seguido por Arce Luz, outra ex-militante sobrevivente que teria atuado como “colaboradora”. Em artigo sobre a recepção dos testemunhos no Chile pós-ditadura, Carolina Pizarro Cortés afirma que “Elas são, no contexto sociopolítico chileno, as traidoras” (2022).

Existem, portanto, obras de grande repercussão no Chile que abordaram esses casos de colaboração tornados paradigmáticos. Parece-nos, inclusive, que um dos disparadores desses trabalhos consiste no fato de que essas sobreviventes tenham rompido muito cedo o silêncio a respeito da “colaboração”, buscando conduzir publicamente as narrativas sobre sua atuação enquanto estavam sequestradas.

Diferente do caso argentino no qual observamos que as vítimas levaram duas décadas para falar publicamente e, nesta ocasião, no livro *Ese Infierno*, defenderam a sua condição de vítimas da história e da memória em meio a uma sociedade que lançou sobre elas a dúvida e a suspeição, no Chile, principalmente o posicionamento de Marcia Merino nos parece estabelecer um outro tipo de relação quando a ex-militante assume o termo “colaboradora” para falar de si, ao mesmo tempo que acusa militares e organizações revolucionárias pelas circunstâncias a que foi levada em uma escrita de si que a recoloca, de maneira individual, no comando da narrativa sobre o passado recente. De forma menos incisiva o mesmo processo ocorre quando Luz Arce publica *El Infierno* (1993) - “como uma narradora-autora, Luz Arce, que conta a “sua história”” (Escobar, 2000).

Selecionamos, novamente, referências de peso na escrita da história dessas ex-militantes que continuam ativando memórias subterrâneas do contexto ditatorial no Chile. Vale dizer que o assunto das “colaboradoras” é, ainda hoje, representado em peças de teatro, obras de literatura, entrevistas e também é pauta de grande diversidade de matérias de tom sensacionalista. Mas, em meio a um conjunto bibliográfico variado que inclui a pioneira na abordagem, a escritora conhecida globalmente, Diamela Eltit, com o artigo *Cuerpos nómadas*, publicado em 1996; e Michael Lazzara, com publicações entre 2007 e 2008, com destaque para o seu *Prismas de la memoria: Narración y trauma en la transición chilena*, consideramos também, no caso chileno, a importância do contexto das produções no que se refere à audibilidade/dizibilidade dos testemunhos - para utilizar termos de Victória Alvarez em diferentes trabalhos sobre as memórias da ditadura na Argentina, como mencionamos na seção anterior.

Nessas circunstâncias de pesquisa, destacamos a década de 2010 como ponto de inflexão fundamental nas disputas de memória que enfrentaram os impasses trazidos pela “colaboração” como modalidade de repressão. Foi assim que, em 2010, a teórica cultural francesa-chilena que já dispunha de reconhecimento internacional, Nelly Richard, republicou o

artigo *Tormentos e obscenidades* como capítulo do seu *Crítica da memória*, coletânea de ensaios que pretendia inscrever confrontações a um processo de construção oficial da memória pela transição chilena. Importante apontar o fato de que o livro tenha se tornado referência de grande importância nos estudos de memórias da ditadura no contexto latino-americano.

Um pouco depois, Maria Olga Ruiz ganharia notório espaço na discussão com *A palavra arrebatada. Aproximações da experiência da traição política no Quartel Terranova* (Chile), publicado em 2014, no qual, de forma semelhante ao trabalho citado anteriormente de Ana Longoni na Argentina, Ruiz investiga a figura da traição na história da principal organização revolucionária do Chile, o Movimento de Esquerda Revolucionária, MIR, e chega à conclusão de que se trata de um signo profundamente enraizado na militância de esquerda, anterior mesmo ao golpe de 1973 e à ditadura de Pinochet.

Pode-se dizer que, passadas duas décadas do giro memorial analisado por Beatriz Sarlo em *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva* (2007), cujas considerações estão situadas no *boom* testemunhal verificado a partir dos anos de 1970, com implicações importantes, teóricas e metodológicas, para o campo das Humanidades, no começo dos anos 2000, Carolina Pizarro Cortés verifica uma alteração no contexto chileno sob o signo da denúncia pública do “maquinário de brutalidade” que envolveu a prática do terrorismo de Estado (Cortés, 2019, p. 243). Nesse percurso, especificamente no que se refere à relação testemunho-gênero e memória, Sandra Navarrete Barría (2019) situa apenas em fins da década de 2010 o crescimento da problemática do gênero no testemunho e nos exercícios da memória, sobretudo com sua expansão no espaço público através dos movimentos pelos direitos da mulher e pela militância feminista na América Latina (Barría, 2019, p. 268).

É nesse circuito/contexto de sensibilização pública dos testemunhos de gênero da ditadura e, ao mesmo tempo, de sua inscrição cultural na América Latina a partir de políticas públicas de reparação e de instauração

de grandes museus e lugares de memória, que posicionamos o lançamento de *Crítica da Memória* (2010), de Nelly Richard, e especificamente a escolha da intelectual por incluir o texto *Tormentos e Obscenidades*, sobre as “colaboradoras”. Se, com a obra completa, Richard busca questionar uma memória oficial de conciliação e consenso tecida durante a transição (Richard, 2010, p. 19), no capítulo que nos interessa mais diretamente, a autora atribui o silêncio dos meios de comunicação sobre os relatos de Marcia Merino e Luz Arce a uma disposição para o encobrimento dos crimes da repressão que as autoras mencionam. Nesse jogo entre falar e esconder, publicar e silenciar, ela situa o caso das “colaboradoras”:

Dizer ou calar, revelar ou ocultar, são os termos da chantagem que divide a máquina de conhecimento entre, por um lado, a busca absoluta de uma verdade total sobre o destino dos corpos e, por outro, as fórmulas intermediárias de transação na obtenção negociada de uma informação sempre parcial (Richard, 2010, p. 100).

São comparadas, portanto, as situações da tortura, com a qual os agentes da repressão esperavam conseguir nomes, endereços e informações verdadeiras sobre as organizações revolucionárias; e o momento da transição no qual a condição de vítima dessas sobreviventes estaria sendo negociada pela entrega de nomes da repressão e paradeiros de corpos de desaparecidos/as da ditadura. Nessa interpretação, destaca-se a dissimulação e a traição como atos naturalizados, de maneira que seus significados não parecem disponíveis para negociação ou ressignificação a partir da “colaboração” como modalidade repressiva. Richard se pergunta:

“Quando são as primeiras renúncias e entregas que convertem Luz Arce e Marcia Merino em traidoras: a delação do primeiro nome sob tortura, haver aceitado, depois, serem oficiais da DINA em troca de uma promessa de liberdade, ou os seus repetidos esforços cúmplices para serem posteriormente aceitas pela hierarquia do poder militar? Os contornos que acusam e disfarçam o perfil da traição são eles mesmos traídores. [...] Ao perdoar a traição, não estaríamos traindo a memória dos que morreram delatados por essas autoras confessoras? (Richard, 2010, p. 103).

É possível afirmar, assim como observamos nas referências argentinas, que Richard mantém o olhar voltado para a perspectiva das

sobreviventes analisada sob o signo da traição como um dado inquestionável. Nesse sentido, a questão que compete a esta pesquisa é compreender a análise de Nelly Richard à luz de seu tempo no que tange especialmente ao contexto testemunhal e às teorias de gênero. Neste escopo, buscamos também refletir sobre a indistinção da “colaboração” à época como uma estratégia específica da repressão com o efeito possível de naturalização da culpa pela vítima.

Ainda, para a escritora, o deslocamento da posição revolucionária para a obediência/docilidade tanto em relação aos militares quanto no momento da recomposição social pela via da Comissão da Verdade seria explicada por um destino de readequação moral da conduta que, uma e outra vez, compensaria os equívocos anteriores. Em outras palavras, essa seria uma readequação do signo “mulher” em sua compreensão tradicional pela moral social (Richard, 2020, p. 108). É exatamente nesse ponto que notamos uma viragem interpretativa a partir do trabalho de *La palabra arrebatada* (2014), de Maria Olga Ruiz. Se Richard considera a “colaboração” como um submetimento aos princípios heteronormativos que designam o feminino principalmente pela obediência, Ruiz faz um esforço de desfeminização da traição através da desassociação entre a traição e as memórias, agora consideradas emblemáticas, de Luz e Merino.

Como Ruiz opera esse deslocamento de foco na análise da relação entre memória e gênero que afeta o caso das “colaboradoras” no Chile? Em primeiro lugar, a autora verifica em diversos testemunhos as assimetrias entre as detidas e os seus vitimários, ainda que gozassem de privilégios em relação às/aos outras/os prisioneiras/os. Nesse sentido, ressalta:

A camaradagem entre vitimários e as traidoras era frágil e instável, e quando esse precário laço de rompia - coisa que sucedia frequentemente - as quebradas eram tratadas grosseiramente e com desprezo; nesses momentos, todas, quebradas e inteiras sentiam o medo. Unidas pelo terror ao resto das sequestradas, o lugar das quebradas se torna mais difuso e complexo, sua assimilação aos torturadores parece menos clara e sua suposta identificação se desestabiliza diante da imagem das colaboradoras invadidas pelo medo. Fica aberta uma brecha que torna possível

desmontar a ideia de que as quebras tenham se assimilado voluntariamente aos seus inimigos (Ruiz, 2014, p. 7).

Assim, desde a primeira publicação acerca do testemunho de Merino por Diamela Eltit em 1996, foram necessárias quase duas décadas até que Maria Olga Ruiz pudesse destacar as desigualdades entre militantes convertidas em “colaboradoras” e torturadores da repressão chilena durante a ditadura. Também nesta ocasião, a autora discutiu casos de homens que passaram pela mesma modalidade repressiva e contribuiu para a complexificação da noção de traição, durante bom tempo feminizada pelos casos emblemáticos de Luz Arce e Marcia Merino, duas, certamente, em meio a um grupo mais amplo de mulheres vítimas do “colaboracionismo”, que buscaram conduzir suas memórias a partir da publicação de livros autobiográficos e da participação na Comissão da Verdade.

De nossa perspectiva, entretanto, consideramos que o mergulho nessa bibliografia argentina e chilena e, com isso, nas análises das circunstâncias históricas em que a militância radical à esquerda sofreu brutal repressão contribui não apenas para a compreensão dessa violência com uma marca evidente de gênero, mas para a tessitura de uma articulação temporal entre esse momento histórico e o tempo presente na qual se questiona a continuidade de uma cultura política de culpabilização das vítimas e de crimes de gênero e sexuais cujos números continuam alarmantes em quase toda a América Latina.

Considerações finais

No resumo deste artigo, mencionamos sua apresentação na forma de comunicação na ANPUH-MG em julho deste ano de 2025. Naquele momento, importantes contribuições foram dadas tanto pela coordenação do Simpósio Temático quanto por colegas que igualmente levaram suas pesquisas à apreciação geral. É fundamental, portanto, reiterar a autoria coletiva que perfaz esse artigo e que busca valorizá-la na escrita e nas

ideias. Consideramos que a maior parte das questões levantadas à época foram perseguidas no texto, com destaque para a feminização da traição mais direta no caso chileno das mulheres militantes colocadas pela repressão à serviço da ditadura, mas também no exemplo argentino, onde a estratégia repressiva da vexação pública e dos usos dos corpos das mulheres militantes prisioneiras como acompanhantes surtiu o efeito de suspeição diante da sua sobrevivência.

Outra percepção importante residiu em certa culpabilização da moral revolucionária pela bibliografia especializada a partir dos anos 2000, quando a inscrição cultural do gênero passou a contestar mais evidentemente julgamentos morais na escrita da história das mulheres militantes. Nesse sentido, buscamos uma ótica complexa da questão, apresentando os argumentos de autoras importantes como Ana Longoni, na Argentina, e Maria Olga Ruiz, no Chile, para as quais o signo do/a traidor/a-traição esteve na base das formações revolucionárias que radicalizaram a crítica ao chamado sujeito burguês, sem, no entanto, obscurecer o fato de que o fenômeno da “colaboração” adveio da violência estratégica e sistemática da repressão. Nesse ponto, trata-se menos de culpa do que da convergência de elementos históricos em condições de desigualdade de forças.

Quanto ao gênero, pareceu clara a importância desta categoria para avançarmos na discussão de uma perspectiva que foi levantada pela coordenação do simpósio como uma necessidade ético-política. No entanto, trata-se, ainda, de uma lacuna em nosso trabalho que pretendemos discutir e, quem sabe, preencher em novas oportunidades. O fato de que tanto as vítimas quanto as obras que analisaram os casos históricos em questão sejam mulheres e de que entre umas e outras tenham se interposto experiências de vida e de morte, assim como de memória e de luta, que atravessaram a ditadura e se mostram persistentes em democracia nos dois países demanda um cuidado ético-historiográfico que considera os contextos em suas próprias dimensões culturais, assim como um cuidado ético-político ao abordarmos, hoje, trajetórias de mulheres que foram submetidas a

extremas violências e que se dispuseram a romper com a dicotomia das construções de memória patriarcalizadas, heroicizantes e homogeneizadoras, ainda que ao preço do desfazimento de ilusões comuns às democracias pós-conflito, como uma suposta inocência de um perfil idealizado de vítima.

Referências

ACTIS, Manú, LEWIN, Miriam; ALDINI, Cristina; GARDELLA; TOKA, Elisa. **Ese Infierno**. Conversaciones de cinco mujeres sobrevivientes de la ESMA. Editorial Altamira 2006.

ALVAREZ, Victoria. Otro tipo de historias, no contadas todavía. Testimonios de mujeres sobrevivientes en tiempos de impunidad en Argentina. **Margens**, [S.l.], v. 18, n. 31, p. 21-42, dec. 2024.

ALVAREZ, Victoria. Memorias y marcos sociales de escucha sobre la violencia sexual del terrorismo de Estado. **Clepsidra**. Revista Interdisciplinaria de Estudios sobre Memoria, 7(14), 12-27, 2020.

ÁLVAREZ, Victoria. Género y violencia: Memorias de la represión sobre los cuerpos de las mujeres durante la última dictadura militar argentina. **Nomadías**, [S. l.], n. 19, 2015.

BARRÍA, Sandra Navarrete. Testimonio, Género y Memoria: Apuntes para un debate actual. In: HERCEG, José Santos (Coord.). Dossier Chile: A la sombra de la catástrofe. Nuevas miradas sobre el testimonio chileno. **Otras Modernidades**, n. 21, 05/2019, pp. 268-80.

BAUER, Caroline Silveira. **Um estudo comparativo da prática do desaparecimento nas ditaduras civil-militares argentina e brasileira e a instituição de políticas de memória na democracia**. Tese de doutorado em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

CORTÉS, Carolina Pizarro. Introdução. In: HERCEG, José Santos (Coord.). Dossier Chile: A la sombra de la catástrofe. Nuevas miradas sobre el testimonio chileno. **Otras Modernidades**, n. 21, 05/2019, pp. 243-46.

CORTÉS, Carolina Pizarro. La recepción de los testimonios en el Chile de la postdictadura. El caso de las traidoras y sus críticas. **RevIISE**, Vol. 20, Año 17, octubre 2022.

DAHÁS, Nashla. Violência, gênero e colaboracionismo nas memórias subterrâneas da ditadura chilena. In ARAÚJO, Maria Paula; PIMENTEL, Izabel; CORRÊA, Lays. **História oral, memória e violência política no mundo contemporâneo** [livro eletrônico] / Rio de Janeiro, RJ: Autografia, 2025, p. 321-340.

ELTIT, Diamela. Cuerpos nómadas. **Debate Feminista**, Vol. 14, 1996, p. 101-117.

ESCOBAR, M. E. El infierno de Luz Arce: un tramado de unidades discursivas. **Cyber Humanitais**, N° 13, 2000. Disponível em: <https://web.uchile.cl/publicaciones/cyber/13/index.html>. Acesso em: 20 set. 2025.

GUZMÁN, Nancy. **Ingrid Olderock**: La mujer de los perros. Santiago: Ceibo, 2014.

LAZZARA, Michael J. **Prismas de la memoria**: narración y trauma en la transición chilena. Santiago: Editorial Cuarto Propio, 2007.

LEWIN, Miriam; WORNAT, Olga. **Putas y guerrilleras**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Planeta, 2014.

LEVI, Primo. **Os afogados e os sobreviventes**. Rio de Janeiro: Paz e Terra (1986) 1990.

LONGONI, Ana. **Traiciones**. La figura del traidor en los relatos acerca de los sobrevivientes de la represión. Buenos Aires: Grupo Norma, 2007.

LONGONI, Ana. El mandato sacrificial. **Jornada Académica: partidos armados en la Argentina de los setenta**. Viernes, 27 de abril de 2007. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://historiapolitica.com/datos/biblioteca/longoni_j.pdf. Acesso em: 29 set. 2025.

LUZ DOMINGUEZ, María Cecilia. Mujeres y dictadura: análisis de prácticas universitarias en el sitio de memoria El Bichicuí (La Plata) desde una perspectiva etnográfica. **Rev. interdiscip. estud. género Col. Méx.**, Ciudad de México, v. 8, e821, 2022.

PERLI, Fernando. **Jornal Sem Terra**. Um Projeto de comunicação popular na redemocratização do Brasil. São Paulo: Intermeios, 2023.

POBLETE-HERNANDEZ, Nadia. Violencia sexual como violencia política en las dictaduras de Argentina y Chile. **Íconos**, Quito, n. 80, p. 137-155, dic. 2024.

PRIORI, Angelo; BRUNELO, Leandro. Delatores e práticas de delação no limiar da Ditadura Militar do Brasil. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 13, n. 32, p. e0201, 2021.

RICHARD, Nelly. **Crítica de la memoria**. Santiago: Ediciones Universidad Diego Portales, 2010.

RUIZ, Maria Olga. La palabra arrebatada. Aproximaciones a la experiencia de la traición política en el Cuartel Terranova (Chile). **Anuario Lucha Armada en la Argentina**. Argentina: Ejercitar la Memoria, 2014.

SEGATO, Rita Laura. **Las estructuras elementales de la violencia**. Ensayos sobre género entre la antropología, el psicoanálisis y los derechos humanos. Bernal, Universidad de Quilmes, 2003.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. Tradução Rosa Freire d'Aguir. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

TRONCOSO, Lelya. Mujeres revolucionarias y resistencias cotidianas. Reflexiones sobre prácticas de memoria feminista en Chile. **Clepsidra**. Revista Interdisciplinaria de Estudios sobre Memoria, 7(14), 2020, p. 120-137.

Recebido em outubro de 2025
Aprovado em janeiro de 2026.